

(2009) 2014

**Declaração
de Mama Quta Titikaka:**

**Mobilização Global
em Defesa da Mãe Terra e dos Povos!**¹

**Povos indígenas originários
da Abya Yala**

**Povos irmãos de África, dos
Estados Unidos, do Canadá,
do Círculo Polar e de outras
partes do mundo**

**Observadores de diversos
movimentos sociais**

TRADUÇÃO:

Maria Clara Rodrigues Arbex

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil

Declaração de Mama Quta Titikaka. Mobilização Global em Defesa da Mãe Terra e dos Povos!

Resumo

Trata-se do documento elaborado na Paqarina Maior do Lago Mama Quta Tikaka, Peru, em 31 de maio de 2009, tendo sido publicado, em espanhol, na coletânea *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*, publicado pela Editorial Universidad del Cauca, em 2014, com organização de Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal e Karina Ochoa Muñoz (Por não haver resumo no texto original, este foi feito pelos editores).

Palavras-chave: Declaração, Mãe Terra, Povos Originários, Abya Yala.

Declaración de Mama Quta Titikaka. Movilización Global en Defensa de la Madre Tierra y los Pueblos!

Resumen

Este documento fue elaborado en la Paqarina Mayor del Lago Mama Quta Tikaka, Perú, el 31 de mayo de 2009 y fue publicado en español en la compilación *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*, publicado por la Editorial Universidad del Cauca en 2014, con la coordinación de Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal y Karina Ochoa Muñoz (Dado que el texto original no contiene un resumen, este ha sido elaborado por los editores).

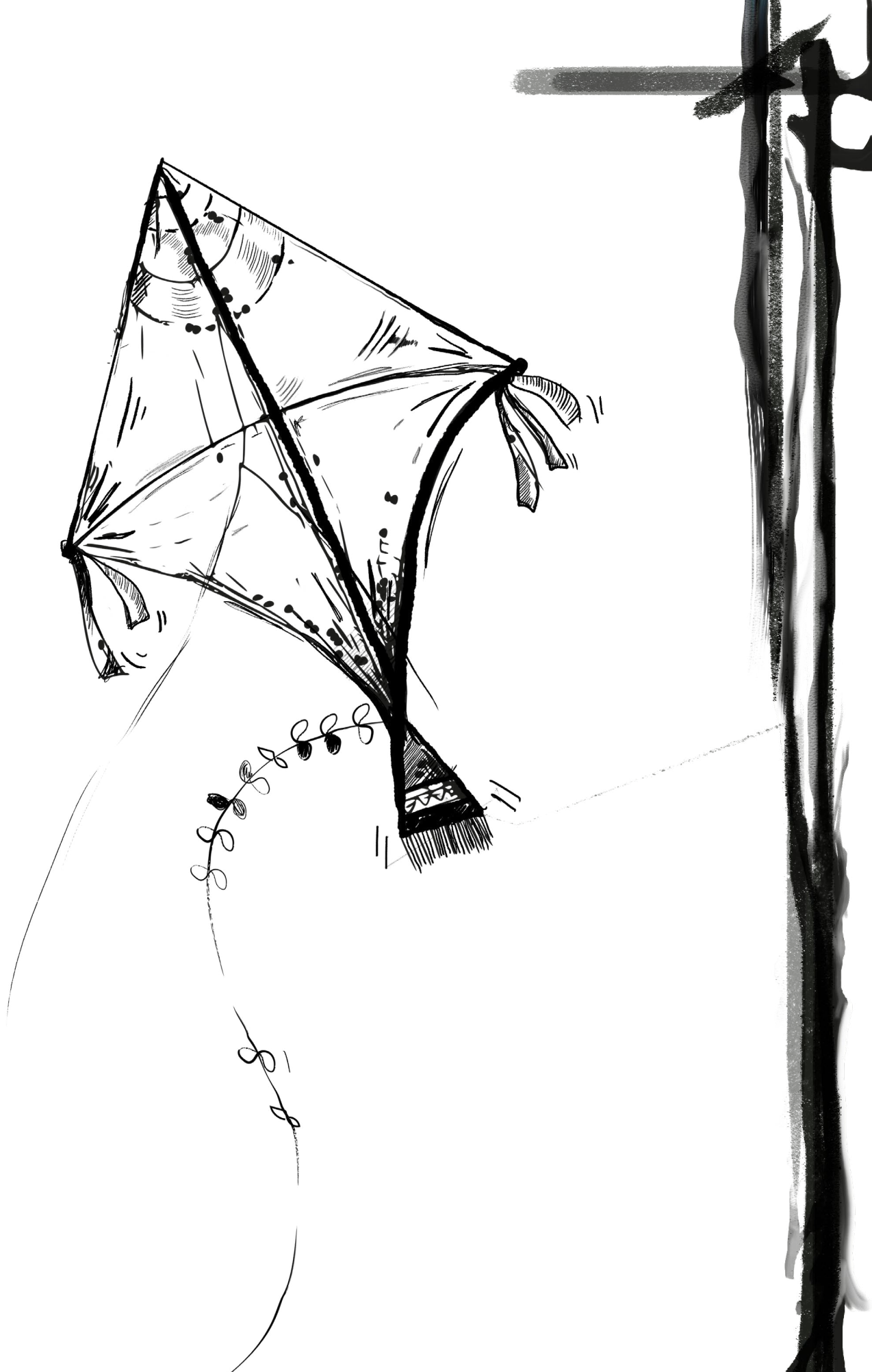
Palabras clave: Declaración, Madre Tierra, Pueblos Originarios, Abya Yala.

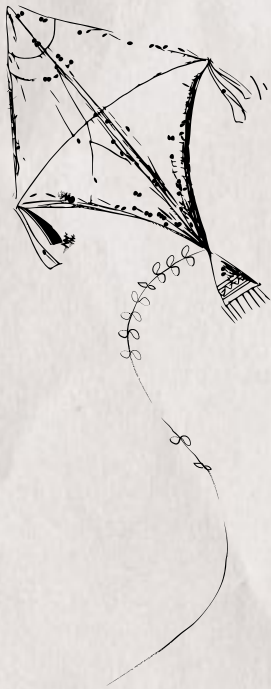
Declaration of Mama Quta Titikaka. Global Mobilization in Defense of Mother Earth and its Peoples!

Abstract

This document was crafted at the Paqarina Mayor of Lake Mama Quta Tikaka, Peru, on May 31, 2009, and was published in Spanish in the compilation *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*, released by Editorial Universidad del Cauca in 2014, edited by Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, and Karina Ochoa Muñoz (As the original text lacks an abstract, it has been provided by the editors).

Keywords: Declaration, Mother Earth, Indigenous Peoples, Abya Yala.





Reunidos na Paqarina Maior do Lago *Mama Quta Titikaka*, nós, 6500 delegados das organizações representativas dos povos indígenas originários de 22 países da *Abya Yala* e povos irmãos de África, dos Estados Unidos, do Canadá, do Círculo Polar e de outras partes do mundo, com a participação de 500 observadores de diversos movimentos sociais, resolvemos o seguinte:

Proclamar que presenciamos uma profunda crise da civilização ocidental capitalista na qual se sobrepõem as crises ambiental, energética, cultural, de exclusão social, de fome, como expressão do fracasso do eurocentrismo e da modernidade colonialista nascida do etnocídio, e que agora leva a humanidade inteira ao sacrifício.

Oferecer uma alternativa de vida frente à civilização da morte, recolhendo nossas raízes para nos projetar ao futuro, com nossos princípios e práticas de equilíbrio entre os homens, mulheres, Mãe Terra, espiritualidades, culturas e povos, que denominamos Bem Viver / Viver Bem. Uma diversidade de milhares de civilizações com mais de quarenta mil anos de história que foram invadidas e colonizadas por aqueles que, apenas cinco séculos depois, estão nos levando ao suicídio planetário. Defender a soberania alimentar, priorizando os cultivos nativos, o consumo interno e as economias comunitárias. Comandar para que nossas organizações aprofundem as nossas estratégias de Bem Viver e as coloquem em exercício a partir dos nossos governos comunitários.

Construir Estados Plurinacionais Comunitários, que estejam fundamentados no autogoverno, na livre determinação dos povos, na reconstituição dos territórios e das nações originárias. Com sistemas legislativos, judiciários, eleitorais e políticas públicas interculturais, e representação política como povos sem a mediação de partidos políticos. Lutar por novas constituições em todos aqueles

LAJE

v.3 n.1
p. 162-169
2024

ISSN: 2965-4904

DOI: 10.9771/lj.v3i0.60549

países que ainda não reconhecem a plurinacionalidade. Estados Plurinacionais não somente para os povos indígenas, mas para todos os excluídos. "Para Todos, Tudo" e fazendo um chamado aos movimentos sociais e atores sociais para um diálogo intercultural, respeitoso e horizontal, que supere verticalismos e invisibilizações.

Reconstruir nossos territórios ancestrais como fonte de nossa identidade, nossa espiritualidade, nossa história e nosso futuro. Os povos e nossos territórios somos um só. Rejeitar todas as formas de loteamento, privatização, concessão, depredação e contaminação por parte das indústrias extrativistas. Exigir a consulta e o consentimento prévio, livre e informado, público, em língua própria, de boa-fé, através das organizações representativas dos nossos povos, não somente dos projetos, mas de toda a política e lei de desenvolvimento nacional. Exigir a descriminalização da folha de coca.

Ratificar a organização da *Minga/Mobilização Global* em defesa da Mãe Terra e dos Povos, de 12 a 16 de outubro [de 2009], contra a mercantilização da vida (terras, matas, água, mares, agrocombustíveis, dívida externa), a poluição (transnacionais extrativistas, instituições financeiras internacionais, transgênicos, pesticidas, consumo tóxico) e a criminalização de movimentos indígenas e sociais.

Construir um Tribunal de Justiça Climática que julgue as empresas transnacionais e os governos cúmplices que depredam a Mãe Natureza, saqueiam os nossos bens naturais e violam os nossos direitos, como o primeiro passo rumo a uma Corte Internacional sobre Delitos Ambientais.

Organizar durante a Convenção de Mudança Climática de Copenhague, em dezembro de 2009, uma Cúpula Alternativa em defesa da Mãe Terra para pressionar por medidas efetivas, diante da hecatombe climática, como a consolidação de territórios indígenas, o bem viver e a consulta e consentimento prévio, assumidos como estratégias para salvar o planeta.

Enfrentar a criminalização do exercício de nossos direitos, a militarização, as bases estrangeiras, os deslocamentos forçados e os genocídios nos nossos povos através de alianças e uma ampla mobilização pela anistia de todos os nossos líderes e dirigentes processados e presos, especialmente de quem luta pela liberdade e pela vida e que se encontra em prisões nos Estados Unidos e no mundo. Respalda e ampliar as denúncias apresentadas diante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e do Comitê de Erradicação da Discriminação Racial da ONU. Impulsionar o julgamento internacional dos governos da Colômbia, do Peru e do Chile; do governo de Álvaro Uribe Vélez, pelo genocídio dos povos indígenas colombianos; do Estado chileno pela

aplicação da lei antiterrorista, pela perseguição e judicialização da demanda mapuche, pelos crimes cometidos contra líderes mapuches e pela militarização do *wallmapu*; e de Alan García, pelo autogolpe legislativo dos 102 decretos pró-TLC [Tratado de Livre Comércio] para privatizar os territórios indígenas e pelos mais de mil líderes perseguidos e processados.

Implementar nossos direitos, exigindo que se dê o status de Lei Nacional à Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas da ONU, seguindo o exemplo da Bolívia, da Austrália, do México e da Venezuela, entre outros países. E que inclui o direito à comunicação dos povos indígenas. Se Barack Obama quer promover mudanças no desastre imperial, ele deve começar por sua casa e aprovar como lei, nos Estados Unidos, a Declaração da ONU sobre os Povos Indígenas.

Mobilizar nossas organizações em defesa da luta dos povos indígenas da Amazônia peruana contra as leis privatizadoras de seus territórios e bens naturais. A sua luta é a nossa. Organizar ocupações na primeira semana de junho em frente às embaixadas do Peru em cada um dos nossos países, exigindo solução e não repressão para os nossos irmãos. E nessa direção, nós, das organizações indígenas e camponesas do Peru, decidimos fazer imediatamente um Levante Nacional dos Povos do Peru, em junho de 2009, pela revogação dos decretos anti-indígenas provocados pelo TLC com os Estados Unidos.

Rejeitar os Tratados de Livre Comércio dos Estados Unidos, da Europa, do Canadá, da China e de outros países, com nossas economias quebradas, como novas amarras da submissão dos povos e do saqueio da mãe Terra. Repudiamos as manobras da União Europeia junto com os ditadores do Peru e da Colômbia para destruir a Comunidade Andina e impor o TLC.

Mobilizar as nossas organizações e os movimentos sociais dos nossos países em defesa do processo de decolonialidade iniciado na Bolívia, rejeitar as tentativas golpistas, separatistas, racistas e magnicidas da oligarquia local e do império estadunidense. Repudiar os asilos políticos concedidos pelo governo peruano aos genocidas bolivianos. E, nessa direção, decidimos realizar a V Cúpula de Povos Indígenas da *Abya Yala*, em 2011, no Qollasuyu/Bolívia.

Fortalecer nossos próprios sistemas de educação intercultural bilíngue e de saúde indígena, para avançar na decolonialidade do saber e, em especial, deter a biopirataria, defendendo nosso regime especial de patrimônio intelectual especial dos povos indígenas de caráter coletivo e transgeracional.

Respalda a luta dos povos do mundo contra os poderes imperiais, o que inclui a suspensão do bloqueio à Cuba, a saída de Israel de territórios palestinos e os direitos coletivos dos povos Massai, Mohawk, Shoshoni, Sami, Curdo, Catalão e Basco, entre outros.

Construir paradigmas de vida alternativos à crise da civilização ocidental e sua modernidade colonial, através de um Fórum sobre a Crise da Civilização Ocidental, Decolonialidade e Bem Viver, entre outros, a ser realizado em Cusco, de 26 a 28 de março de 2010.

Globalizar nossas lutas através da realização da I Cúpula de Comunicação Indígena, em 2011, no Cauca, Colômbia; a I Cúpula Indígena da Água, a Cúpula de Comunicadores Indígenas e a II Cúpula Continental de Mulheres Indígenas, em 2011, no marco da V Cúpula dos Povos Indígenas.

Construir a Coordenadoria de Povos e Nacionalidades Indígenas da *Abya Yala*, continuando o processo de constituição de baixo pra cima, constituindo comissões de mulheres, adolescentes, crianças, jovens e comunicadores indígenas e, em especial, da articulação regional na América do Norte. Uma Coordenadoria da *Abya Yala* que mantenha sob vigilância a Organização de Estados Americanos e a Organização das Nações Unidas, para superar a sua subordinação ao poder imperial. E se essa superação não acontecer, construir a Organização de Nações Unidas da *Abya Yala* e do Mundo.

A terra não nos pertence, nós é que pertencemos a ela!

O condor e a águia voam juntos outra vez!

Notas

1 Nota dos Editores – A declaração foi elaborada na Paqarina Maior do Lago Mama Quta Tikaka, Peru, em 31 de maio de 2009. Foi publicada, em espanhol, na coletânea *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala* (ISBN: 978-958-732-151-7), publicado pela Editorial Universidad del Cauca, em 2014, com organização de Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal e Karina Ochoa

Muñoz. Agradecemos imensamente pelo aval para a tradução ao português. Como os demais textos deste volume da *Laje* que originalmente estavam em espanhol, este artigo recebeu uma última revisão técnico-acadêmica feita pelo editor-chefe Leo Name, bem como uma revisão final da tradução levada a cabo por Bruna Otani Ribeiro e Larissa Fostinone Locoselli, com equipe do Laboratório de Tradução da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

